



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA**

PRESIDENTE: LUNA ZARATTINI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 26-09-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exposição em língua estrangeira

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Boa noite a todas. Com a presença das Vereadoras Luna Zarattini e Ely Teruel, regularmente convocadas segundo o art. 43 do Regimento Interno, assumo a presidência desta audiência pública e declaro abertos os seus trabalhos.

Informo que esta audiência está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.saopaulo.sp.gov.br/audiotorios-online/, e do canal da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube.

A pauta desta audiência são os 20 anos Lei 10.639/2003 – Avanços e Desafios que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira.

Antes de iniciar a composição da Mesa, quero dizer que eu estou muito feliz de estar assumindo a presidência desta audiência, pública porque fui convocada a trazer esse tema para esta Casa por muitos companheiros e companheiras que fazem a luta há muito tempo no movimento negro. Apesar de a Lei 10.639/2003 ser maravilhosa, ela não é aplicada na sua integridade e de forma efetiva neste país, que é muito racista, ainda não se encontrou com a sua própria história e não fez uma revisão de todo o processo de racismo estruturante após o longo processo de escravidão. Não houve o reconhecimento do Estado Brasileiro desse momento muito terrível da história do nosso país e do mundo, e é por isso que nós buscamos, por meio de ações afirmativas e de leis, a prevenção e o combate ao racismo na educação e também na cultura política.

Debater esse tema nesta Casa como presidenta da Comissão de Direitos Humanos e poder abrir a Câmara Municipal de São Paulo para esse debate é fundamental para também podermos cobrar o Poder Público, que tem o atributo de fazer a fiscalização e cobrar que a Prefeitura e os Governos Estadual e Federal apliquem essas leis e garantam que a sociedade seja antirracista e que, de fato, combata o racismo.

Eu estou muito feliz de estar recebendo vocês e por terem me terem confiado a tarefa de presidir esta sessão e conduzir os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania

para tratar de casos de racismo, que são diversos.

Para compor a Mesa, anuncio as seguintes presenças: Dr. Ramatis Jacino, professor da Universidade Federal do ABC, pós-doutorado da Universidade de Coimbra; Marilândia Frazão, educadora e militante do movimento negro, uma figura histórica de luta e uma mulher maravilhosa; Dr. Saimon Cardoso, advogado e 2º vice-presidente da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra do Brasil da OAB. De forma *online*, está presente o Sr. Lucimar Rosa Dias, representante do Ministério da Educação – MEC.

É uma honra e um prazer a presença de todos vocês.

Antes de iniciar a audiência, eu gostaria de esclarecer como, de fato, nós a organizamos. Primeiramente, a abertura contará com alguns inscritos que vão ler alguns textos, pois eu acho que cultura e educação não são áreas separadas. Logo após, passaremos a palavra ao Prof. Dr. Ramatis Jacino, que ministrará uma aula magna sobre a Lei 10.639/2003 e os seus desafios. Em seguida, passaremos a palavra aos representantes das entidades inscritas, quais sejam: Instituto Negro Padre Batista; Setorial Municipal de Educação do Partido dos Trabalhadores; Marcha Mundial das Mulheres - MMM; Movimento Negro Unificado – MNU; Agente de Pastoral Negros. Para as entidades que ainda não se inscreveram, por favor, falem com o Renner, que vai aqui estar ao lado até as primeiras apresentações e a fala do professor. Por último, a palavra será dada aos membros da Mesa.

Então, primeiramente, eu gostaria de convidar a falar a Silmara Moreira, que vai ler um texto de sua autoria para nós.

A SRA. SILMARA MOREIRA SILVA – Boa noite a todos. Sou Silmara Moreira Silva, servidora da rede municipal e, nas horas vagas, escritora. É uma honra estar aqui com vocês e poder trazer parte do meu trabalho.

Uma das missões da Lei 10.639/2003 é desconstruir essa estrutura racista da mente das pessoas.

“Eu, que um dia fui cega e hoje enxergo, te empresto os meus olhos. Enquanto você mergulha nesse texto, te empresto os meus olhos para enxergar um contexto de maneira que

talvez você nunca tenha enxergado, de uma maneira com que só quem enxerga é quem é afetado. Quando criança, os livros didáticos não tinham meu povo como referência. Nos programas de TV, para mim não havia alguém de semelhante aparência. Nas grandes e admiradas profissões, também não. Na beleza, o meu cabelo não era um padrão. Nas perfumarias, não encontrava maquiagens de pele da minha cor. Na escola, os xingamentos tentavam fazer com que me sentisse inferior. Na política, são poucos de nós que conseguem chegar e, no topo da pirâmide social, com os dedos você consegue contar. Meus traços eram motivo de zoação, mas hoje eu vejo que servem como inspiração. As mulheres negras são mães guerreiras, mas sozinhas nas trincheiras. Também são as mais afetadas na economia brasileira; têm o maior índice nas estatísticas de violência doméstica e os menores salários. A maioria luta para criar os seus filhos, sozinha, lutando para que não vivam o que elas viveram, mas sim o contrário. Éramos invisíveis, mas isso era o normal, pois o racismo é um problema estrutural. Isso porque a estrutura da sociedade prejudica um determinado povo na economia, na moradia, nos direitos, na vida como um todo. Ainda falam de merecimento, mas te empresto os meus olhos para olhar para o passado, quando nos privaram dos estudos; até hoje sentimos o efeito. Como pode uma maioria não ter poder, não ser forte, sendo enfraquecida com falta de conhecimento e pena de morte? Pois os negros têm o maior índice de mortandade. Coincidência? Não. É a realidade. Mas, se não falarmos de racismo, ele deixa de existir? Não. É exatamente falando dele que podemos nos desconstruir. Todos tivemos essa estrutura construída em nós. Por isso, te empresto os meus olhos para enxergar aquilo que precisa ser mudado, filtrado, transformado, para então pensarmos em um futuro melhor, onde as diferenças são celebradas e não condenadas, valorizadas e não canceladas. A diferenças equilibram o mundo como as peças em uma máquina e os órgãos no corpo. No fim, somos todos seres humanos lutando pelos nossos sonhos, e um dos meus sonhos condiz com o de Martin Luther King. Não quero mais que o mundo seja um ringue, mas que o caráter importe mais que a cor da pele e também que a essência do ser humano nos revele que somos parte de uma grande criação que espera com expectativa por uma transformação que nos libertará da destruição e

nos levará ao amor e à compaixão”.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Silmara.

Convido, para fazer uso da palavra, o Manoel Severino, professor e supervisor da rede municipal de ensino e membro do Comitê Antirracista da DRE Freguesia do Ó/Brasilândia.

O SR. MANOEL SEVERINO – Boa noite. Agradeço o convite. É a primeira vez que participo e, obviamente, estou nervoso. Sou professor da rede municipal de ensino há 20 anos e tenho dois livros já publicados sobre reflexões com os meus alunos.

Eu trouxe dois textos para ler: uma de autoria da escritora Carolina Maria de Jesus e um outro de minha autoria, que escrevi recentemente sobre uma situação que aconteceu em sala de aula. Eu venho trabalhando a questão racial desde o dia que eu pisei em uma sala de aula, ou seja, desde o ano 2000. Como a Lei 10.639 é de 2003, não teria como negar a minha existência.

Primeiramente, vou ler o texto de autoria da escritora Carolina Maria de Jesus.

“Carolina minha, Carolina nossa. Eu sou Carolina. Carolina Maria de Jesus, migrante igual a muitas na vida. Na luta diária, busquei mudar a minha rota. Eu sou Carolina. Carolina Maria de Jesus, retirante. Tirei do lixo o meu sustento e o dos meus filhos. Transformei o lixo em luxo. Foi de lá que mudei de vida. O lixo nosso de cada dia, da imundície, trouxe a esperança, a certeza de mudança. O lixo, que para muitos era lixo, para mim, catadora, era a única condição de existir. Foi de lá que encontrei o papel que diariamente mantinha-me viva, registrando a dor e a revolta de nascer em um mundo onde se vale pelo que se tem. Eu sou Carolina. Carolina Maria de Jesus. Foi do grito de revolta que aticei a curiosidade. Alguém me escutou e olhou para mim. Viu naquelas notas de denúncia a forma do pobre, do desvalido da sorte. Tive reconhecimento. Mas, agora, quem lembra de mim? Fui esquecida, por poucos lembrada, mas estou na luta, porque sou Carolina. Sou Carolina Maria de Jesus. Estou viva, porque sou uma e sou milhares, iguais em quase tudo na vida, mudando apenas de endereço, mas lutando, esbravejando, saindo cedo e voltando tarde, cuidando dos filhos, da família, batalhando. Sou

Carolina. Sou Carolina Maria de Jesus, negra, mulher, pobre, catadora de papel, escritora, escritora, escritora”. (Palmas)

O outro texto é o mais recente de minha autoria, intitulado *Encaixe-se*, que fala da história da África, apesar de eu não ter podido falar da história dos deuses africanos, o que me causou um pouco de revolta.

“Encaixe-se. Encaixe-se no padrão. Não se importe em momento algum com você. Agrade os outros. Siga o padrão mundial, siga o padrão eurocêntrico. Encaixe-se, mesmo se para isso você precise destituir-se como ser humano, mutilar-se. Mas encaixe-se. Encaixe-se no mundo, no modelo universal. Encaixe-se e mantenha o padrão, mesmo que para isso você tenha que se destituir de humanidade, de ser um ser estranho. Alise o seu cabelo, alise as suas ideias. Mantenha o padrão. Encaixe-se. Encaixe e destrua-se, mesmo que você esteja infeliz. A felicidade dos outros é muito mais importante que a sua. Por isso, encaixe-se. Vá se encaixando cada vez mais e vá se diminuindo cada vez mais. Mas encaixe-se. O que importa é se encaixar no padrão. Encaixe você, encaixe seus filhos, sua filha. Não importa que eles não tenham nascido com uma outra cor, com uma outra etnia. Encaixe-se. O importante é se encaixar e tentar ser branco sem nunca poder ser, mas isso pouco importa. O que importa é estar dentro do padrão, com cabelos alisados, com ideias alisadas, com um deus com características de outros e nunca com as suas. Mas vamos nos encaixar. Vamos encaixar a história onde a história seja única, com um deus louro. Encaixe-se. Encaixe-se no padrão do homem branco europeu, mas vá se encaixando. Isso é o que importa, mesmo que você deixe de existir. Vamos criar uma narrativa, a narrativa dos orixás ou da ausência deles, onde eles não estejam presentes. Fala-se de tudo, diz-se de tudo que não é universal. Encaixe-se. Mas vamos contar uma história *light*, sem a parte feia, só a história dos povos africanos onde não vou falar dos seus deuses, porque eles têm coisas feias. Os meus, nunca. Nos que eu acredito, sempre fizeram coisas boas. Mas vamos pesquisar. Antes de se encaixar, pesquise quem foram as personalidades bíblicas, o que elas fizeram. Será que não têm coisas feias, não tem atrocidades? Ou só para alguns? Ou só para quando falamos de África? Encaixe-se. Não esqueçamos que o importante é se encaixar.

Encaixem-se em algo que não é encaixável, porque a tua história nunca poderá substituir a história de outros povos. Não tem que encaixar o que é encaixável, porque é impossível. Não tente atribuir os teus deuses, os teus heróis nos heróis de outra etnia. Então, se o teu conselho é se encaixar, eu digo: 'Não vai dar certo'. Pois, desencaixe-se, porque a história tem que ser vista com todas as suas contradições e não ao seu bel-prazer”.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, professor Manoel.

Convido o Ignacio, um estudante paraguaio do CIEJA Perus para ler um texto de autoria de Eduardo Galeano a pedido da professora Cristiane.

O SR. IGNACIO RIQUELME – Boa noite. Meu nome é Ignacio, sou do Paraguai e hoje eu vou ler parte de do poema *O mundo*, do uruguaio Eduardo Galeano.

- Orador passa a se expressar em língua estrangeira.

O SR. IGNACIO RIQUELME – “El mundo. Cada persona brilla con luz propia entre todas las demás. No hay dos fuegos iguales. Hay fuegos grandes y fuegos chicos y fuegos de todos los colores. Hay gente de fuego sereno, que ni se entera del viento, y gente de fuego loco que llena el aire de chispas. Algunos fuegos, fuegos bobos, no alumbran ni queman; pero otros arden la vida con tanta gana que no se puede mirarlos sin parpadear, y quien se acerca se enciende”.

Traduzindo para o português: “O mundo. Cada pessoa brilha com luz própria entre todas as outras. Não existem duas fogueiras iguais. Existem fogueiras grandes e fogueiras pequenas e fogueiras de todas as cores. Existe gente de fogo sereno, que nem percebe o vento, e gente de fogo louco, que enche o ar de chispas. Alguns fogos, fogos bobos, não alumiam nem queimam; mas outros incendiam a vida com tamanha vontade que é impossível olhar para eles sem pestanejar, e quem chegar perto pega fogo”. Autor do poema: Eduardo Galeano.

Muito obrigado. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigado, Inácio.

Agora, vou passar a palavra para o nosso Professor Dr. Ramatis Jacino para fazer o

uso da palavra e fazer essa aula magna na nossa audiência.

Muito obrigada pela presença, Professor, muito importante e é uma honra estar com você dividindo esta Mesa.

O SR. RAMATIS JACINO - Fico muito feliz e muito agradecido pelo convite da Vereadora Luna, pelo convite da minha companheira Marilândia. Saúdo todos nossos colegas que estão na Mesa e aqueles que não estão. Esses momentos são bons porque a gente acaba encontrando os velhos amigos. Tinha gente que não via há tempos: o Sinvaldo, o Adão, o João e um monte de gente. E agora tenho a oportunidade de rever aqueles nossos companheiros e companheiras, irmãos e irmãs.

Queria acrescentar uma pontinha no meu currículo. Evidentemente, fico muito agradecido pelas menções que são feitas daquilo que a gente estudou, ter feito mestrado, doutorado e tal, mas tem uma parte do meu currículo que eu tenho muito orgulho, que é o meu currículo de militante. Sou fundador do Partido dos Trabalhadores, sou fundador da CUT e eu sou militante do movimento negro desde a década de 70. (Palmas). Então, essa é uma parte do meu currículo que eu tenho muito orgulho e eu acho que isso que me formou mais ainda do que a minha formação na academia. Evidentemente que a academia foi importante. Não vou desprezar a academia. Muito pelo contrário, mas essa formação nossa - e eu sei que a maioria que tem essa formação da militância - foi muito importante.

Eu queria começar dizendo que a luta pela educação, pela inclusão, pelo legado científico e cultural dos africanos nos currículos escolares, assim como a luta por estar nos espaços de educação, é uma luta muito antiga do povo negro do nosso país. É uma luta histórica. Sabemos que quando fomos sequestrados do continente africano e trazidos para cá para produzir a riqueza - riqueza essa produzida nas terras roubadas dos indígenas -, foi tirado também todo nosso legado cultural. Aliás, a nossa cultura era proibida. Até hoje não é criminalizada, mas é demonizada. As religiões de matriz africana, assim como foi a capoeira, assim como foi toda a cultura trazida do continente africano.

Com certeza, a educação, a cultura é um instrumento de libertação. Pode ser um

instrumento de libertação e pode ser um instrumento de dominação. Então, a imposição da cultura europeia não foi por acaso. Foi um instrumento de dominação. O impedimento para que negros e negras escravizados ou não escravizados acessassem à educação foi um projeto. Foi algo planejado, assim como a invisibilização da contribuição dos africanos e africanas para nossa cultura, para a ciência, para tecnologia no nosso país.

Essa exclusão tem como momento especial, na minha compreensão, a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Depois de 350 anos de trabalho escravo no Brasil, esse modelo econômico foi se exaurindo e acaba sendo substituído pelo trabalhar assalariado. Ao final da escravidão, rapidamente é bom que se diga, se dá por três razões principais: a luta dos escravizados desde que pisaram aqui sempre lutaram contra a escravidão; os interesses do império britânico, porque naquele período da Revolução Industrial já não era mais interessante a escravidão, então, começam a pressionar Brasil e Portugal para acabar com a escravidão porque era necessário criar um mercado consumidor; e a própria lógica do capitalismo, porque o escravizado, a escravizada pode ser pouco produtiva, pode adoecer, pode morrer, pode fugir e em qualquer uma dessas hipótese é prejuízo para escravizador.

No trabalho assalariado, se o trabalhador for pouco produtivo, será demitido. Se adoecer, fugir, morrer, é só substituir por outro. Então, ao invés de comprar o indivíduo, passa-se a se comprar a força de trabalho.

Então, essas três razões combinadas levaram ao final da escravidão e não, evidentemente - acho que é redundante repeti isso -, a obra e graça de uma princesa boazinha que ficou com dó dos coitadinhos. Até porque essa narrativa é a narrativa dos escravizadores para tirar dos negros um pouco protagonismo pelo final da escravidão.

O impedimento à educação foi um projeto muito bem elaborado e ele faz parte de um conjunto de ações neste longo período de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado no Brasil. Por que falo longo período? Porque a transição para essa nova forma de explorar o trabalho começa praticamente 1831 com a primeira lei que proibiu tráfico de escravizados. Foi uma lei que não pegou muito. Dizem que foi a lei que era inglês ver.

Outra lei de 4 de setembro de 1850, a Lei Eusébio de Queiroz, proíbe o tráfico, mas mantém a escravidão. Com as leis que foram prejudicando, foram pavimentando a transição, mas em prejuízo da população negra, como a lei de 1871. A Lei Rio Branco ficou conhecida como a Lei do Ventre Livre que mantinha a mulher escravizada e libertava - entre aspas - a criança, desagregando a família negra; como a lei de 1885, chamada Saraiva Cotegipe, ficou conhecido como Leite Sexagenário que libertava também, entre aspas, o escravizado com mais de 60 anos, sendo que a vida útil de um escravizado não passava de 15 anos. Quem começasse a trabalhar na lavoura com 15 anos, com 30 já estava inutilizado para o trabalho. Portanto, essa lei foi uma forma de libertar dos escravizadores a responsabilidade alimentar e ter pelo menos um quartinho na senzala para aquele escravizado idoso ou idosa que já tinham exaurido as suas forças de trabalho.

Então, esse longo processo de transição é marcado por um projeto de exclusão da população negra na sociedade brasileira e essa exclusão passa também pela educação.

Aqui quero citar duas outras leis. Primeiro uma que não tem necessariamente a ver com a educação, mas tem a ver com a cidade de São Paulo. Em 1886, foi publicada uma postura municipal, que era a principal lei que tinha na época, como se fosse uma Constituição Municipal, que proibia escravizados de exercerem uma série de ocupações. As profissões com melhor remuneração e mais valorizadas socialmente eram proibidas para os escravizados.

Esse tipo de lei teve no Rio de Janeiro, em Salvador, em Porto Alegre, Recife, em várias capitais e impediram negros e negras de, no processo de transição do trabalho escravo para o assalariado, ocuparem alguns espaços de trabalho que, depois, acabaram se tornando privilégio principalmente dos imigrantes europeus.

Existiram outras leis também - já que o nosso foco aqui é a educação - que proibiram escravizados e escravizadas de frequentarem a escola pública. Existiu uma lei em 1857. Essa era de caráter nacional e não municipal. Em 1857 e 1878 existiram ordens régias, leis que proibiam negros e negras de frequentarem a escola pública. Então, qual é a razão de proibir? Aí nós já estamos em 1878, estamos falando 10 anos antes da assinatura da Lei Áurea. Então, qual

é a razão de proibir as pessoas de estudarem?

Essa transição do trabalho escravo para o trabalhar assalariado foi marcada pela exclusão, pela marginalização da população negra, marginalização da terra com a Lei de Terra de 18 de setembro de 1850, que favorece a criação do latifúndio no Brasil e cria um monte de impedimentos para que pequenos proprietários possam viver da sua terra com proibição de trabalhar, com essas leis que eu me referir, com proibição de estudar. Portanto, fomos proibidos de ter terra, fomos proibidos de trabalhar e fomos proibidos de estudar.

Existem alguns autores e um, particularmente, que respeito muito que é o Florestan Fernandes, grande sociólogo, que dizia que no final da escravidão os negros não foram inseridos adequadamente no mercado de trabalho porque as elites e o Estado foram omissos. É verdade. O Estado e as elites foram omissos, mas se tivessem sido apenas omissos certamente, até de forma vegetativa, a população negra através de gerações e gerações teria tido ascensão social e talvez tivéssemos até mesmo uma classe média significativa negra no Brasil.

Só que as elites não foram apenas omissas, elas foram protagonistas dessa exclusão inclusive utilizando a legislação. É comum no Brasil, o senso comum diz que no Brasil não existiram leis racistas, como as leis do apartheid na África do Sul, como as chamadas Lei Jim Crow que existia no sul dos Estados Unidos, mas no Brasil existiram, sim, leis racistas. Leis que desagregaram a família negra, lei que proibiu de estudar, que proibiu de trabalhar, que impediu acesso ao campo e que marginalizou a população como um todo.

Contudo, nessa transição e nesse movimento, os negros sempre resistiram. A população negra sempre resistiu procurando se inserir nessa sociedade, seja resistindo através de insurreições, através de rebeliões, seja resistindo e procurando se inserir nessa sociedade utilizando os mesmos códigos, os mesmos valores que essa sociedade colocava e que eram considerados privilégios de brancos.

Então, a educação foi um espaço importante. Em 1907, e essa é uma pesquisa que eu fiz e que foi bem interessante, foi criada aqui perto, na Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que funciona hoje no Largo do Paissandu, antes era em outro lugar, uma

escola para crianças negras. Foi criada por aquela comunidade de militantes negros ligados à igreja católica uma escola para crianças negras. Por que se cria uma escola para crianças negras? Porque justamente eles compreendiam que a educação era uma forma de acesso social e de integração social. Integração essa que era impedida. É verdade que em 1907 aquelas leis já não estavam mais em vigor - aquelas leis que proibiram estudar -, mas os efeitos daquelas leis ainda estavam presentes.

Estamos em uma casa de leis e certamente a Vereadora e outros aqui que nos acompanham sabem que quando uma legislação muda, ela demora até se tornar efetiva e os efeitos de uma legislação negativa ou positiva se mantêm por muito tempo. Então, essa legislação se mantinha por muito tempo e para se contrapor a essa exclusão, essa marginalização, a população negra organizada na Irmandade Nossa Senhora dos Homens Pretos cria essa escola para crianças negras.

Queria também destacar que uma das maiores organizações negras que teve no Brasil foi a Frente Negra Brasileira. Ela existiu no Brasil inteiro, mas foi criada principalmente em São Paulo por dois irmãos: Arlindo Veiga dos Santos e Isaltino Veiga dos Santos. Onde hoje é a Casa de Portugal foi a sede da Frente Negra Brasileira, que, no projeto de branqueamento da cidade de São Paulo, certamente, perderam aquele espaço.

A Frente Negra Brasileira já tinha nos seus estatutos, já tinha nos seus projetos e chegaram a criar também escolas para a população negra: escola de alfabetização de adultos que não eram alfabetizados, escolas para crianças. As mulheres negras tinham o papel de formadoras. Eram elas as professoras e organizavam aquela comunidade para através da educação terem acesso à sociedade.

Na década de 30, de forma muito explícita, essas pessoas organizadas na Frente Negra Brasileira já colocavam a necessidade de estudar e de ser incluído nos currículos escolares a história e cultura africana. Eles já colocavam. Estamos falando da década de 30. Mesmo os mais velhinhos que estão aqui, além de mim, estão bem longe de ter nascido na década de 30. Então, lá na década de 30, já tinha esse projeto de incluir a história e cultura

africana nos currículos escolares.

Depois houve outras como a Associação Cultural – que não é muito conhecida - dos Homens de Cor, que era uma expressão que se utilizava. Essa Associação também teve no Brasil inteiro. Não teve a importância e o peso que teve a Frente Negra, mas também teve uma importância muito grande e também pautava essa discussão.

Aí chegamos à década de 70, que muitos de nós iniciamos a nossa militância lá. Vou denunciar até a idade de alguns: como eu, a Marilândia, o Adão, o Bonfim, provavelmente. O Edmar é mais novinho.

Na década de 70, com a criação do Movimento Negro Unificado próximo das escadarias do Theatro Municipal, essa discussão da importância do resgate da cultura, do legado dos africanos, dos afro-brasileiros nos currículos escolares. Então, essa demanda já estava pronta.

Foi assim que em 2003 a população brasileira elege um presidente que não é um presidente negro evidentemente, não era um presidente que tinha uma trajetória no movimento negro, mas foi um presidente que teve a sensibilidade de ouvir essas demandas que existiam há tanto tempo e aí materializou essas demandas na criação da Lei, na promulgação da Lei 10.639 e depois, em 2008, foi ampliada com a 11.645, que inclui a história e cultura indígena também.

Essa lei, portanto, é uma preciosidade para nós todos, porque ela é uma conquista coletiva, uma conquista histórica e uma conquista que tem um papel muito grande. Essa conquista, certamente, faz parte de um processo civilizatório no nosso país, porque além de fazer a justiça com aqueles que ajudaram a construir esta nação, ainda essa lei enriquece a cultura, enriquece a academia, enriquece a nossa sociedade, que estaria certamente empobrecida. Aliás, estava empobrecida com uma produção cultural que tinha como referência unicamente o continente europeu.

Então, essa ampliação, essa pluralidade de pensamento, de produção científica, de outras epistemologias, esse movimento tem uma importância muito grande e por isso nós precisamos preservar.

Todos lamentamos que essa lei ainda não esteja sendo cumprida na sua integralidade, seja em nível nacional que ainda precisa avançar muito, mas, principalmente, nível estadual e aqui na prefeitura de São Paulo. Então, infelizmente, ainda não avançamos tanto quanto poderíamos avançar.

É curioso que existiram momentos de avanço. Eu me lembro quando na gestão do Fernando Haddad foram contratados vários especialistas para dar formação para os professores e professoras utilizando a Lei 10.639. A Marilândia era uma das coordenadoras desse projeto. Foram comprados livros para fortalecer esse entendimento. Eu, inclusive, tive a honra de ser um dos contratados para dar essa formação e isso depois acabou.

Então, espero que com esta audiência pública, que a nossa querida Vereadora aqui e outros Vereadores comprometidos com essa questão estejam mais fortalecidos ainda para cobrar do Poder Executivo a implementação dessa lei que tem uma importância extraordinária não só para os negros e negras, mas para toda a população, porque ela vai no sentido de enriquecer e nos afastar dessa visão única como se a Europa fosse a única produtora de cultura.

Era só isso o que eu tinha para contribuir. Muito obrigado. Fico à disposição para dialogarmos.

Obrigado, Luna. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Ramatis. É sempre com te ouvir e estar com você. Obrigada por essa contribuição, por estar em nossa audiência e também por trazer e rememorar diversas políticas que já foram implementadas pela Prefeitura de São Paulo e que deixaram de ser implementadas, mas também todo esse histórico, essas colocações. Enfim, muito obrigada.

Então, agora, eu vou passar para as falas das entidades e depois para a Mesa, para conseguirmos dialogar.

Tem a palavra o Sr. Sinvaldo José Firmo, do Instituto Negro Padre Batista. Serão três minutos de fala. Depois, Ricardo Pinto, do Setorial Municipal de Educação; a Regina, do Capão, pela Marcha Mundial das Mulheres; o Adão, pelo MNU; Nuno Coelho, do Agente de Pastoral

Negros; a Suelane Carneiro e, depois, uma inscrição on-line.

O SR. SINVALDO JOSÉ FIRMO – Boa noite a todas, todos e todes. É um prazer estar aqui. Agradeço o convite.

A audiência é da Vereadora Luna Zarattini, mas o convite é da amiga Marilândia Frazão, que está presente. Muito obrigado, Marilândia.

É um prazer rever amigos aqui, que há muito tempo não via: Ramatis, Suelane, João, Edmar. Várias pessoas que eu estou vendo e, realmente, este é um momento de reencontro para nós.

Pessoal, a minha experiência como advogado me dá uma fala que será breve. Para mim, a Lei 10.639/2003 é a melhor política de estado criada neste país. Mesmo a Lei de Cotas, vinda depois, eu não vejo nenhuma lei como esta. Para mim, Ramatis e educadores que aqui estão, é a melhor política de estado. É a lei que veio para ficar, porque ela veio para mexer com a educação, que é tudo aquilo que as pessoas, que nos antecederam, fizeram e que essa militância vem fazendo. Para mim, é a melhor lei de estado. Repito: a melhor lei de estado feita neste país até hoje, a melhor política. Agora, é importante dizer o porquê.

Eu parablenizo a Vereadora, mas hoje eu acho que poderiam estar sendo feitas outras audiências a nível nacional: no Congresso, na Alesp. Por que não? É aquela coisa da formação. Seria importante que esta lei fosse discutida em todos os lugares. São vinte anos.

Tem essa história de lei que pega e lei que não pega. Um advogado está falando aqui que esta é a melhor lei que já se fez neste país. Esta lei tem de pegar. Eu acho que é o momento de o Governo Federal, Ramatis, Marilândia, realmente fazer esta lei pegar. É difícil trabalhar em conjunto. Eu não sei se há um comitê entre os municípios e estados para que esta lei seja efetivada.

O que estamos ouvindo falar sobre esta lei hoje? Nada.

Finalizando, nós vamos às escolas dar palestras..., e eu parablenizo os professores, porque o trabalho que fazem nas escolas é algo de fundamental importância. A discriminação racial está comendo solta nas escolas de bairro. No meu bairro, por exemplo, Jardim Nossa

Senhora do Carmo, quase todo dia há um caso de discriminação racial. Os professores já não sabem mais o que fazer. Nós vamos ao local, tentamos remediar, falar... Por isso que é muito importante esta lei ser implementada a nível municipal e a nível estadual.

Então, é isso. Eu acho que o que nós precisamos aqui, Marilândia - você que é uma grande estudiosa -, é cobrar essa implementação e o momento é este. O momento é este. Nós não podemos perder este momento da história.

É isso. Muito obrigado e muito axé a todas e todes.

Finalizando de vez, digo que não vou poder ficar, porque preciso ir para uma reunião na OAB.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada.

Tem a palavra a Sra. Regina, do Capão, pela MMM – Marcha Mundial das Mulheres.

A SRA. REGINA – Boa noite, pessoas.

A minha fala é muito rápida, porque esta Lei 10.639 tem de ser uma lei que venha como todas as outras que já foram feitas para negros, mas nenhuma é cumprida. Eu acho que este é o momento de cobrarmos e fazermos valer a lei. Se a lei existe, é para ser cumprida, porque se nós temos, em nossos currículos escolares, a história da África, a história da negritude, acho que a melhor forma de se acabar com o racismo é essa. Porque todas as crianças – negras, brancas, amarelas – terão a oportunidade de aprender, de conhecer e de saber e não ficar só naquela historinha de Pedro Álvares Cabral, do padre jesuíta, aquela coisa que não leva ninguém a lugar algum e que as nossas crianças continuam sem saber.

Então, eu acho que, como mulher, como representante, falando como mãe, porque as crianças chegam e nos perguntam: “Mãe, por que isso não existe”?... Eu acho que este é o momento de as crianças saberem: “Isso existiu. Então, esta é você, é a sua origem, a sua história. Isso aí somos nós”.

Então, a minha contribuição é muito pouquinha. Era isso o que eu tinha para falar.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Regina.

Professora Cristiane.

A SRA. CRISTIANE COUTINHO – Boa noite a todas as pessoas.

Meu nome é Cristiane. Eu sou professora do CIEJA Perus e também membro do MNU.

Saúdo a Casa.

A minha fala vem ao encontro da equipe gestora das escolas. A lei está aí, é para ser cumprida, como já foi dito. E esta lei não pode estar na subjetividade das pessoas negras. Ou seja, nós não podemos deixar com que esta lei... porque lá, no chão da escola, é a sensibilidade das professoras negras a que fica submetido o cumprimento da lei. Então, é importante que a lei seja para todas as pessoas, principalmente para as pessoas brancas, porque foram elas que inventaram a escravização de outras pessoas. Então, elas têm de ser responsabilizadas também.

Infelizmente, a grande parte das gestoras e dos gestores são brancos. Nós queríamos mais pessoas negras lá, principalmente pessoas que tivessem compromisso com o cumprimento da lei, e nós precisamos pressionar, então, que gestores cumpram a lei. Que as professoras que trabalham arduamente não fiquem trabalhando como ilhas, isoladas, fazendo trabalhos magníficos que têm pouca visibilidade, que ficam sempre na subjetividade das pessoas. Quando a professora sugere um debate antirracista é sempre: “É rapidinho. Quinze minutinhos”. Debate antirracista não pode ser quinze minutinhos na escola. Tem de ser o ano inteiro. Não é chamar a professora negra para falar no 20 de novembro, porque, aí, a professora negra vira palestrante em novembro. É impressionante. Vira evento. Mas é trabalhar a educação antirracista de janeiro a janeiro, e todos. A luta antirracista é para todos. Para todas as pessoas. E isso inclui as pessoas brancas, porque a branquitude também tem de ser falada dentro de uma educação antirracista. Nós precisamos falar dos privilégios das pessoas brancas.

Então, o meu desafio, na Lei 10.639 é que ela inclua todas as pessoas, porque a pessoa negra sempre cumpriu a lei. A grande maioria das professoras negras, que eu vejo nas

escolas, cumprem a lei, e elas têm pouca visibilidade. Então, que possamos ajudar que tenha essa visibilidade e que seja cobrado de todas as gestoras que esta lei seja cumprida por todos.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Professora Cristiane Coutinho, professora do CIEJA Perus e também falando em nome da MNU.

Tem a palavra o Sr. Nuno Coelho, representando o Agente de Pastoral Negros e também o mandato do Deputado Federal Vicentinho, que sempre esteve na luta.

O SR. NUNO COELHO – Boa noite, Vereadora Luna.

Saúdo a Mesa. Boa noite a todas e a todos.

É uma alegria poder, mais uma vez, atender um convite da Professora Marilândia e em uma audiência pública tão importante como esta, que nos traz ao debate esta lei que, mais uma lei, acredito que seja o despertar de um assunto, de um tema, de uma agenda, de um programa de ações para aqueles e aquelas que, talvez, nunca tivessem a oportunidade de se aprofundar como esta geração dos últimos 20 anos está tendo. Eu sou de uma geração que não teve esta oportunidade. A única oportunidade que eu tive foi abrir um livro de História na página do Treze de Maio, onde o negro era acorrentado. Era aquele único assunto e aquela única visão que se tinha.

Fora da sala de aula, a outra visão que eu tinha era depois dos meus quinze anos a minha mãe me disse: “Vai procurar emprego”. E eu pegava os jornais para procurar emprego e lá embaixo já me excluía porque dizia: “Tem de ter boa aparência”. E eu perguntava: “Mãe, é para mim ou não”? Então, fora do Treze de Maio, o negro acorrentado, a outra exclusão era o rodapé do jornal me excluindo do mercado de trabalho.

Hoje é diferente. Hoje é um pouco mais saudável o debate, porque, nesses vinte anos, muito mais do que a academia, como disse o Professor Ramatis, muito mais do que a academia, as marchas da consciência negra é que fizeram a lei se tornar lei. As lideranças e personalidades negras, que nós temos no Brasil, é que fizeram esta lei ser o que ela é hoje no Brasil. Ela não é fruto do Congresso Nacional. Ela não é fruto da cabeça dos parlamentares,

muito menos do Vicentinho e muito menos do Lula. Ela é fruto da militância do movimento negro.

Eu tenho muito orgulho, muita honra de, neste último minuto que me resta, poder vir aqui e dizer que nesses 40 anos dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil, uma militante do Movimento Negro, chamada Petronilha Beatriz, que é dos APNs, é que teve a sensibilidade de traduzir, na letra da lei, porque ela foi a relatora desta lei, aquilo que a militância fazia na base. Aquilo que a militância do Movimento Negro experimentava no dia a dia, no cotidiano, dizendo para os nossos *xirês* o que significava ser negro, qual era a importância do negro e qual era o papel do negro nesta sociedade. Isto é a lei.

E para encerrar, Vereadora, eu tenho de dizer isso também com orgulho: a afilhada da minha irmã, acho que hoje ela tem anos. No ano passado, no mês de novembro, ela foi chamada pela escola dela e com um grupo de alunos para fazer uma apresentação do *Navio Negreiro*. Então, estudaram o *Navio Negreiro*, leram o poema, fizeram vários recortes *etc.*, e chamaram a Malu para empurrar o *Navio Negreiro*. Essa menina, aos 15 anos de idade, me ligou aos prantos dizendo: “Tio, você sabe o que significa isso”? Eu falei: “Sei”. “Então, eu não quero fazer isso, porque eu li a história. Eu li o poema e eu sei o que significou o *Navio Negreiro*. Então, eu não quero. Eles me chamaram para empurrar o *Navio Negreiro* porque disseram que o meu cabelo fazia parte daquele contexto, a minha cor era a que chegava mais perto daquele cenário e que eu, como jovem, poderia empurrar aquele navio. Eu não vou fazer isso, porque aquilo me trouxe muita dor quando eu li. O que você acha que eu devo fazer”? “Vai na coordenadora pedagógica e diga para ela que você não quer”. E eu disse para ela apenas isso: “Vá lá e diga que você não quer”. Ela chegou na coordenadora pedagógica e fez uma revolução pedagógica naquela escola, porque ela e as amigas fizeram uma rebelião. Eles mudaram todo o contexto daquela apresentação na Semana da Consciência Negra na escola, pela simples leitura que ela fez. Isso é a lei. A lei não é a letra, não é o número 10. 639. A lei não é tudo isso que as pessoas aqui e acolá vivem dizendo, que: “A lei não pegou. A lei não existe. A lei não está regulamentada. A lei não é boa”. A lei é boa. Ela saiu lá dos meus 40 anos atrás de sala de aula para uma revolução pedagógica na cabeça dos alunos hoje, porque hoje eles podem entrar na sala com o

seu cabelo como eles quiserem. O cabelo é a identidade. O cabelo não é mais sinal de beleza, de boa aparência no rodapé do jornal. É essa a transformação que a lei faz. Graças à nossa luta de militantes negros e negras, nós hoje temos realmente uma lei excelente, porque ela faz a revolução por dentro da formação, desde a sala de nossa sala até à sala de aula. Porque não é a sala de aula que educa. Quem educa é a família, é ao redor da mesa. A escola ensina, forma, mas quem tem de educar somos nós, os pais. E, graças a Deus, os meus filhos sabem muito bem de onde eles vieram e aonde querem chegar, porque eu sou, antes de tudo, militante do movimento negro, apesar de minhas formações. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Nuno Coelho.

Tem a palavra a Sra. Suelane Carneiro, Coordenadora do Programa de Educação dos Geledés – Instituto da Mulher Negra.

A SRA. SUELANE CARNEIRO – Boa noite a todas, a todos e a todes.

É um prazer estar aqui. Muito obrigada, Vereadora Luna, por esta audiência.

Cumprimento a Mesa, na pessoa da Professora Marilândia.

Saúdo a importância desta audiência pública, em particular quando pensamos que tivemos seis anos de destruição da educação e estamos em um momento de reconstrução.

Também este é um momento importante e que diz respeito a pautar o Plano Nacional de Educação e fazer a discussão aqui, no Município, o que é fundamental para que tornemos a lei uma política de estado, uma política educacional, que saiamos da pedagogia do evento. Então, aqui é um momento estratégico para construirmos as diretrizes para fortalecermos e tornarmos a lei em toda a integralidade do Plano Nacional de Educação.

Então, eu quero aproveitar este momento para entregar para o mandato um diagnóstico que Geledés, em parceria com o Instituto Alana, realizou sobre a implementação da Lei pelas secretarias municipais de educação. Ele tem dados nacionais. E eu fiz um recorte aqui sobre o Estado de São Paulo. Nós não temos dados absolutos do Município, mas a partir do que o Estado de São Paulo demonstrou, nos dados, é possível – e aqui o pedido: solicitar informações para a Secretaria Municipal de Educação sobre orçamento, formação, política

pedagógica e principalmente indicadores educacionais a partir de cor e raça.

Então, eu gostaria de entregar para a senhora este documento. (Palmas)

Boa noite. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada. E com certeza, nosso mandato está à disposição para fazer todos esses ofícios. E também pressionarmos as secretarias responsáveis por darem respostas não só ao nosso mandato, mas à sociedade como um todo, à sociedade no nosso Município, no nosso Estado. Então, contem conosco como parceiros dessa luta. Muito obrigada.

E é muito importante receber materiais como esse. Parabéns pelo trabalho, tenho certeza de que foi um trabalho árduo de pesquisa. E esse tipo de pesquisa vira instrumento para o movimento negro, para todos que fazem a luta antirracista. Então, é fundamental que consigamos produzir pesquisa e demonstrar como ainda vamos precisar de fazer a luta. Parabéns.

Agora, vou passar para o Ricardo Pinto, representando a Secretaria Setorial Municipal de Educação do PT. Quem sabe na próxima gestão Secretaria Municipal de Educação, ano que vem, a palavra tem poder.

O SR. RICARDO PINTO – Nossa, vou acreditar no poder dessa palavra e vamos em frente. Já deu uma boa dica para mim.

Boa noite a todos, todas e todes, é uma felicidade estar aqui. Primeiro vou justificar a ausência da minha coordenadora, Maria Filomena Freitas, a Filó, Coordenadora do Setorial Municipal de Educação do Partido dos Trabalhadores na cidade de São Paulo. Ela se encontra no Interior por questões familiares e então me indicou para vir aqui. E com responsabilidade, gostaria primeiro de parabenizar a Vereadora Luna, por essa iniciativa importante para nós, para este debate. E o gabinete dela também, que se empenhou bastante, como o Dr. Renner, que é um garoto negro muito dedicado e, vou falar a verdade, esse moleque arrasta um caminhão.

Quando falamos da lei, para mim, é algo que remete aos ancestrais. Ouvindo o Dr. Ramatis, meu amigo, que nos deu uma aula de história, nos mostrando que essa lei que neste

ano completa 20 anos, essa lei já vem lá de trás, desde quando nós fomos sequestrados. E é uma luta constante para que chegássemos até ela. Então, isso é uma conquista, foi uma vitória importante termos essa lei. Essa lei, não é que não tenha mexido com nada na educação, ela mexeu porque é um marco legal, fundamental e necessário. Hoje nós discutimos currículos por conta dessa lei. Nós discutimos formação por conta dessa lei. Nós discutimos livros didáticos por conta dessa lei. Então, nós temos conquistas importantes e não podemos negar toda a luta que vem dos nossos antepassados até os dias de hoje. Então, ela se faz fundamental.

Temos problemas com a implementação? Temos problemas com a implementação. A vontade política que às vezes falta, porque muitos de nós não estão no Poder Público para decidir certas coisas, apesar da lei existir. Portanto, é importante entender que essa lei é uma demanda dos negros e negras de movimentos, mas é fundamental para a sociedade brasileira entender que essa lei é um direito social e fundamental.

E estou feliz porque estamos sobre a Comissão dos Direitos Humanos, discutindo uma lei da educação. E por si só ela já se faz integral. A Lei 10.639 nos orienta e nos ajuda a fazer o debate de educação integral em todo o território nacional. Por isso é uma conquista. E temos de nos unir cada vez mais e fazer com que os movimentos possam atingir o seu objetivo, através do combate racista, transformarmos a nossa sociedade em uma sociedade antirracista. É esse o nosso objetivo. Não pertence só aos negros e negras, mas pertence a toda a sociedade. E gostei quando a professora falou neste púlpito: nós temos essa lei e essa lei nos permite avançar por ser uma luta antirracista e fundamental para que os nossos jovens, as nossas crianças, possam ter mais dignidade e viver em uma sociedade mais harmoniosa.

Então, educação integral é fundamental. E o combate ao racismo é a luta antirracista. E venham todos, negros, brancos, amarelos, vermelhos, de todas as cores, de todos os tipos. Um arco-íris de cores, venham. É isso aí, Lei 10.639, 20 anos de conquista, 20 anos de luta.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Professor Ricardo. O Cosme vai fazer uso da palavra? Então, venha. Cosme Nascimento, pelo Conen, Cadernos Negros e

Literatura Afro. E depois vou passar a fala para uma pessoa inscrita, que está *on-line*, Paula Bordon, estudante.

O SR. COSME NASCIMENTO – Boa noite a todos e a todas, quero parabenizar o mandato da Luna, a explanação da Marilândia Frazão, que tem história nesta cidade de São Paulo. Na Gestão Fernando Haddad foi feito aquele material, que você sabe, sobre a África. Esse material rodou o Brasil e o mundo. E ela fez uma formação na cidade de Suzano, na CONAE. Nós temos uma tarefa importante, em novembro teremos a CONAE, vai ser pautada no Eixo III, a diversidade étnico-racial. E essa lei que comemora 20 anos, um professor do Paraná, que agora está em São Paulo, está fazendo formação na Rede. Estivemos na Feira Literária, em Ribeirão Pires, no ano passado. E agora estaremos na Expo Internacional Negra levando e pautando a Lei 10.639.

Então, é uma conquista do movimento negro e de toda a sociedade. Viva Zumbi. Viva Dandara.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Cosme. Vou passar para a última fala, Paula Bordon, estudante, de forma *on-line*.

A SRA. PAULA BORDON – Boa noite a todos. Na verdade, é minha primeira audiência pública, entrei no intuito de aprender realmente. Sou estudante de psicologia da Universidade de São Caetano do Sul. É uma faculdade que debate muito direitos humanos, debate muito a importância da diversidade. E somos muito incentivados a participar de audiências assim.

Então, realmente, hoje vim como ouvinte. São coisas que, às vezes, não temos acesso. Na verdade, não sabemos que temos acesso a audiências como esta. E eu me interessei, quis estar aqui e é muito edificante. Eu agradeço a fala de todos, o quanto podemos aprender com audiências como estas e o quanto desperdiçamos por não conhecer esses acessos que temos. Da minha casa, eu posso estar aqui compartilhando tantas ideias geniais.

E é uma coisa que, de fato, vou compartilhar, vou levar adiante. É muito importante esse tipo de debate. É muito importante a participação de pessoas como eu, que estão em

formação, em cursos tão importantes para a sociedade.

Agradeço o espaço. Agradeço a aula que estou tendo hoje. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada pela contribuição, Paula. E dizer que ainda mais por estar em um curso de psicologia, é fundamental que você também esteja presente. Quero lembrar que a Câmara é aberta a todos e todas, os espaços de audiência, das comissões, das reuniões. Então, pode trazer o pessoal da psicologia de São Caetano do Sul, que vamos abrir as portas. E se houver dificuldade chutamos a porta e escancaramos as portas, porque esta é uma Casa do Povo, e o povo tem de estar aqui dentro.

O SR. RICARDO PINTO – Vereadora, só um momentinho. Antes de você passar para a Mesa, eu trouxe este livro para você, mas só que havia esquecido, estava muito emocionado falando com essas pessoas maravilhosas. Mas este é um trabalho que nós fizemos na Prefeitura de São Paulo, na Gestão Haddad, a Marilândia participou bastante, o Ramatis, todos participaram bastante. E distribuimos esse exemplar *O que Você Sabe Sobre a África?*, não é Cosme, em todas as escolas municipais da cidade de São Paulo, em volumes múltiplos.

Então, vou passar para você, para que conheça um pouco do trabalho que já fizemos na cidade de São Paulo, como Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Vou passar agora a palavra para a Lucimar Dias, do Ministério da Educação. Depois para o Dr. Saimon, e depois para a Marilândia.

A SRA. LUCIMAR ROSA DIAS – Obrigada. Boa noite a todos, todas e todes. Vereadora, me permita cumprimentar a Mesa na pessoa da Professora Marilândia, que já trabalhamos juntas, eu morei em São Paulo por um tempo e pude compartilhar dessa alegria de conviver com a Professora Marilândia. E como alguns colegas já falaram, ela expressa muito dessa perspectiva que está sendo apresentada aqui em relação à Lei 10.639.

Então, agradeço a todos pelo convite ao MEC-Secadi. Creio que saibam, a Secadi é uma Secretaria muito importante porque conversa diretamente com os direitos humanos, trata da educação de jovens e adultos, da educação de surdos bilíngues, da educação especial, da

educação do campo, da educação indígena, juventude, direitos humanos. Então, a pauta dessa Secretaria é muito extensa. E por muitos foi descontinuada, extinta em governos anteriores. E agora retoma nessa perspectiva. Alguém comentou, acho que é muitíssimo apropriado para a Secadi, em particular, a ideia da reconstrução de algumas políticas.

Então, falo em nome da Secretária Zara, em nome do Ministro Camilo, com muita alegria por esse momento de retomada de políticas tão importantes. E nesse contexto da retomada, a Diretoria da qual faço parte, a Diretoria de Políticas Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, que tem como missão – eu brinco com a minha equipe -, de uma parte garantir a qualidade da educação escolar quilombola, que é um desafio. Muitos de vocês também coadunam dessa perspectiva, de que nós precisamos dar qualidade, sustentar uma educação escolar quilombola na perspectiva das diretrizes que já foram definidas em 2012. E ao mesmo tempo constituir a política étnico-racial em duas vertentes. A nossa Secretária definiu conosco duas grandes ações que dizem respeito à política étnico-racial. Uma delas tem muita relação com aquilo que estamos discutindo hoje, que são os 20 anos da legislação, do art. 26-A. Ou seja, da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

É muito importante ressaltar que quando estamos falando da Lei 10.639, estamos falando da Lei Nacional de Educação. Portanto, não é - alguém no começo falou – uma política pública pequena essa conquista do movimento negro, como a Professora Nilma Lino Gomes intitulou. Eu me coloco porque nesse momento estou representando o Ministério da Educação, mas sobretudo, sou uma militante, sou uma ativista da educação e com recorte específico em diversidade étnico-racial. Portanto, a Lei é, para além do art. 26-A da LDB, um projeto de sociedade.

É bom falar depois das pessoas, porque muitas delas citaram questões que acho fundamentais para pensar o que significam os 20 anos da 10.639. E confesso a vocês que estou muito feliz com esse grupo que me antecedeu. Tenho participado de vários eventos que tratam dos 20 anos, mas em geral a narrativa é uma narrativa de lamento, de dor, porque sabemos que há muito por fazer para que de fato tenhamos uma educação antirracista, uma educação que

combata o racismo. Porém, não podemos deixar de observar os avanços que essa legislação produziu e como ela é parte de todo um processo de luta do movimento negro que educou e educa a sociedade brasileira para uma perspectiva de equidade racial.

Então, nós da Secadi estamos construindo uma política neste campo em duas frentes. A primeira é pensar essa produção de uma sociedade que combata o racismo, de uma sociedade antirracista. Portanto, a legislação, o art. 26-A vem nesta perspectiva de produção de saberes diversos. Quem leu as diretrizes curriculares, que também já foram citadas aqui, elaboradas a partir do parecer tão importante da Professora Petronilha, reconhece na legislação, no art. 26-A, uma perspectiva de sociedade. E a Professora Petro, recentemente, falou também em um evento que estive presente, que é isso, educar para as relações étnico-raciais. E no texto das diretrizes está colocado reeducar, porque somos educados para relações étnico-raciais hierarquizadas que sustentam desigualdades. Mas o art. 26-A e as diretrizes com bastante substância nos convocam a nos reeducarmos. Reeducarmos todos, a sociedade brasileira.

E nesse momento, a partir deste lugar que represento, quero dizer a vocês que estamos muito focados nessa perspectiva de educar, de produzir uma educação que de fato dialogue com essa perspectiva.

Como o MEC tem feito isso, quais são as ações que estamos desenvolvendo para alcançar esse objetivo. Uma das principais ações é a formação de professores. Logo que chegamos ao Ministério fomos analisar quais eram as políticas que estavam postas naquele momento que dialogavam com esta Diretoria. É importante mencionar que é a primeira vez que o MEC tem uma Diretoria específica para tratar de políticas étnico-raciais. Não que a questão não estava posta antes, nas outras versões da Secadi, mas sempre foi uma política que estava dentro de uma Diretoria geral, que tratava de educação escolar quilombola, indígena, do campo, étnico-racial. E agora, nesse novo formato, ganhou um lugar diferenciado, tem uma Diretoria que trata de educação étnico-racial e de educação escolar quilombola.

Isso demonstra um resultado importante da luta antirracista do movimento negro, sobretudo, que alcança um lugar dentro das políticas gerais de educação, mesmo aquelas

voltadas à diversidade, nas quais a educação étnico-racial e a educação escolar quilombola não tinham esse status, esse lugar de Diretoria. E isso não é nenhum demérito a quem veio antes, a quem fez um bellissimo trabalho, nós temos várias militantes e pesquisadoras que me antecederam na discussão de relações raciais no Ministério da Educação. Mas mostra também uma nova perspectiva para tratar do tema, porque uma Diretora que se ocupa dessas duas pautas e não de quatro ou cinco pautas, isso dificulta de fato o trabalho.

Então, esse foi um dos primeiros movimentos que o Governo Federal fez. Foi restituir a Secadi e instituir a Diretoria que estou coordenando. Na Diretoria há duas coordenações, uma delas é específica para tratar de educação escolar quilombola e a pessoa que ocupa este lugar, o Coordenador Geral chama-se Eduardo Araújo. E foi uma indicação da CONAQ, que é hoje o Movimento Social Quilombola com mais substância, não que só exista essa, mas a CONAQ é uma importante instituição do movimento quilombola.

E do outro lado, para a coordenação geral é uma paulistana, inclusive, Adriana de Cássia Moreira, militante da Uneafro, que está à frente da política de educação para as relações étnico raciais.

Além disso, nós temos mais duas professoras: a professora Clarete, que trabalha com a Educação Escolar; e a professora Jeane, com a questão da ERER. Eu digo os nomes porque é muito importante. Amélia Gonzalez falou que é importante que a gente tenha nome, e a política se constitui, se faz, a partir de pessoas.

Nós somos uma consultoria praticamente de pessoas negras empenhadas em produzir uma política. Então, tem um envolvimento pessoal, político, acadêmico, nesse grupo que está atualmente à frente da política. Por isso, uma das primeiras ações, ao verificarmos que nada havia; porque quando fomos fazer o levantamento constatamos, infelizmente, mas não surpreendentemente, que nenhuma política estava acontecendo, no que diz respeito à Educação para as Relações Étnico Raciais. Ou seja, por quatro anos, nós não tivemos ações nesse campo.

No caso da Educação Escolar Quilombola, a gente tinha o PDDE Água, uma política consolidada internamente no MEC e a única política que representava alguma ação ligada a

essa pasta que eu hoje coordeno. E um dos primeiros movimentos que fizemos foi justamente retomar a formação de professores.

Não fizemos uma retomada em larga escala porque estamos trabalhando com orçamento do governo anterior, como todos sabem. Mesmo assim, houve por parte do Ministro o interesse e um compromisso com essa retomada e nós estamos conseguindo realizar alguns cursos, a partir de outubro até o final de dezembro. E, se a gente tiver uma boa comunicação, que vocês tomem conhecimento sobre os cursos que serão desenvolvidos.

São cursos na modalidade Aperfeiçoamento, de 180 horas, com 10 instituições federais, universidades e institutos federais, ofertando para professores da Educação Básica em diferentes etapas.

Nós tentamos realizar cursos com diferentes universidades e também considerar a regionalidade. Fizemos com Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, com Universidade Federal do Pampa – a Unipampa; com o Instituto Federal do Pará; o Instituto Federal da Bahia. Enfim, são oito universidades que estão conosco com oferta de 100 vagas em cada curso para que a política começasse a andar. E a gente sabe que a formação de professores é muito importante nesse contexto de organização, de retomada para a política de educação para as relações étnico raciais.

Esse é um foco da política, além das discussões que nós temos feito, que eu diria que é a discussão de como a estrutura da educação se modifica, porque nós queremos, é claro, e é muito importante o que a Lei 10.639 traz no seu artigo, que é uma concepção curricular, ou seja, discutir o conhecimento a partir de outras matrizes que não a eurocêntrica. Então, o foco é curricular, mas nós temos outra luta a ser travada, que é das condições estruturais do estudante negro na educação brasileira.

Alguém mencionou aqui a importância das conferências de educação. Algumas já foram lançadas e nós conviveremos com elas até a conferência nacional. Essas conferências vão desenhar o Plano Nacional de Educação e esse desenho não pode ter nenhuma meta que não dialogue com a equidade racial, que é a perspectiva na qual a Professora Zara tem

trabalhado na Secadi.

Sendo assim, nós não podemos mais considerar possível que um Plano Nacional de Educação possa organizar uma meta da expansão da Educação Infantil, que a gente sabe que tem um gargalo de zero a três, um dos problemas de acesso na educação, já que o acesso das crianças de zero a três não é obrigatório e os sistemas devem então matrículas a crianças nessa etapa.

Há uma diferença entre o acesso da criança negra e o acesso da criança branca na Educação Infantil de zero a três. Então, quando a meta do Plano Nacional tratar deste tema, em especial, é necessário considerar como parte da sua ação a equidade racial para que não se mantenha essa desigualdade estrutural na educação.

Em todas as outras metas, nós estamos com oficinas para tratar do Plano Nacional e organizar, junto ao Fórum Nacional de Educação, o documento referência. E a nossa luta, o nosso convencimento aos pares também, a nossa discussão, tem se pautado por esta direção.

Se pensar, por exemplo, em Educação de Jovens e Adultos, eu preciso trazer a perspectiva de equidade para essa meta; porque sabemos que, em grande parte, os nossos estudantes... Congelou, gente? Caiu.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Você está ouvindo a gente?

A SRA. LUCIMAR ROSA DIAS – Estou. É que parece que o meu áudio tinha congelado.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Às vezes, a fala está um pouco lenta, mas dá para te entender perfeitamente. Só quero pedir para ir concluindo, mas muito obrigada e a gente vai acompanhar tudo isso do Ministério da Educação e todas essas políticas para ver se a gente traz para São Paulo também.

A SRA. LUCIMAR ROSA DIAS – Com certeza. Só para concluir, a outra vertente desse processo é essa produção da equidade racial. Então, considerar os dados de aprendizagem, de permanência dos estudantes na Educação Básica especialmente, para que esses dados sejam alterados.

Como a gente vai alterar isso? Produzindo políticas de formação de professores, de acompanhamento das redes que precisam e devem acessar o VAAR, que é aquele recurso a mais que é permitido às secretarias quando elas alcançam a condicionalidade 3, que é a superação de desigualdades socioeconômicas e raciais.

Então, nós estamos desenhando essa política no MEC com esses dois focos: 1. Alterar essa perspectiva racista presente nos ambientes educacionais, especialmente da questão curricular; e alterar as dinâmicas que produzem e reproduzem a desigualdade para os estudantes negros em relação a aprendizagem, acesso e permanência.

Vou encerrar por aqui, mas quero dizer que a gente está muito feliz com esse debate, com esse diálogo. Hoje e amanhã, na Secadi, nós estamos com a nossa comissão, que é a CADARA. Os mais antigos que estão presentes se recordam que é uma comissão muito importante, foi desenvolvida também e acionada pelo movimento negro, é representada por 35 instituições que têm esse papel de nos assessorar e de, junto a nós, construir a melhor política possível dentro da conjuntura que temos para que avance. Isso que muitos colegas falaram em relação à lei.

E vou encerrar, então, como diz a professora Petronilha, a ERER - Educação das Relações Étnico-Raciais - é um projeto de sociedade, ela alcança todas as dimensões da existência do ser humano, da pessoa negra; mas, sobretudo, da perspectiva de uma escola com equidade racial.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Sra. Lucimar Dias, representante do Ministério da Educação, do Governo Federal.

Também queria lembrar que a gente convidou a Secretaria Municipal de Educação, mas não está presente nenhum representante da Secretaria Municipal, nem a Seduc, num momento tão importante como esse.

Tem a palavra o Sr. Saimon Cardoso.

O SR. SAIMON CARDOSO – Boa noite, pessoal. Primeiro, agradecer o convite da

professora Marilândia. É, mais uma vez, uma honra dividir a Mesa com ela, com quem estou sempre aprendendo; também com o Dr. Ramatis, que deu uma aula para a gente. E também quero parabenizar a Vereadora Luna pela iniciativa, um tema de tamanha importância.

Eu fico muito feliz com a designação desta audiência; mas, ao mesmo tempo, compartilho da lamentação do Dr. Ramatis, porque a gente não está falando de uma luta para conseguir finalmente criar uma lei, mas de uma lei que já foi criada há 20 anos, e a gente ainda discute sobre a sua aplicação. Olha a gravidade, porque não estou falando de uma lei recente, mas de uma lei de 20 anos. Essa lei já deveria estar devidamente aplicada.

É claro, eu não vou esconder os avanços que, de certa forma, a gente teve; e também não vou culpabilizar a lei, que é excelente. Foi uma baita conquista de décadas, anos, do movimento negro. Portanto, depois de 20 anos da lei, a gente só precisa realmente aplicar.

E, talvez, vocês estejam questionando a presença da OAB aqui, mas eu posso explicar para vocês. Eu represento uma comissão dentro da OAB que se chama Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra do Brasil, onde estão os colegas Adão e a professora Marilândia também, a nossa colega colaboradora.

Então, é uma comissão que não é aberta somente aos advogados, mas também à sociedade civil. E o foco dela é justamente debater sobre o resgate histórico, os reflexos da escravidão negra, também debater sobre formas de reparação histórica. E isso tem tudo a ver com a Lei 10.639, que aliás não é só uma forma de reparação histórica, ela é uma das principais armas de combate ao racismo estrutural, se devidamente aplicada. E é aqui que a gente começa o debate.

Se ela for realmente aplicada, ela se torna uma arma fundamental; porque o racismo no Brasil, como todos já disseram, é diferente dos Estados Unidos, da África do Sul, que é aquele racismo direto. Aqui, existe um racismo velado porque, desde a falsa abolição, a gente foi aprendendo essa ideia de que não existe racismo no Brasil, que somos todos iguais, que não existe esse negócio de cor, é um mito da democracia racial, como dizem. Ou seja, é um racismo totalmente regado de desinformação e distorção da realidade.

Isso, infelizmente, cega a sociedade brasileira, até mesmo as pessoas pretas, porque o racismo no Brasil deu tão certo para eles que a gente aprendeu a ignorar e até a odiar nossas culturas, nossos costumes, aprendemos a demonizar as nossas religiões, a odiar os nossos cabelos, aprendemos que o padrão de beleza ideal é o branco, de olho azul. Esse é o padrão de beleza que nos ensinaram.

O pior de tudo é que muitos de nós – e eu me coloco nessa lista – não tiveram consciência racial desde criança e tiveram a dificuldade até de se identificar como negros. Gente, eu aprendi que eu não era negro, eu aprendi que eu era moreno. Olha o nível do absurdo. E ainda me falaram: “Não, mas você não é escurinho. Então, você não é negro. Ainda bem”. Olha o nível de gravidade do racismo no Brasil.

E a lei veio como uma grande conquista justamente para combater essa desinformação, essa distorção de realidade, para desconstruir essa ideia que acaba anulando e invisibilizando, fazendo essa cultura do auto ódio. A verdade é essa. Somos ensinados a se auto odiar. Isso é gravíssimo.

Portanto, chegamos aqui, a lei serve para isso. São 20 anos de lei, e ela está sendo realmente cumprida? Tivemos alguns avanços. Vejo que os avanços também dependem de quem está no poder; infelizmente, tem essa subjetividade.

Na OAB acabamos discutindo em alguns eventos os vários motivos da dificuldade para a aplicação desta lei, mas eu vou citar apenas quatro que me chamaram a atenção e acho que vale a pena para a gente refletir. Primeiro, a lei é um pouco genérica, porque a gente está falando o seguinte: É obrigatório o ensino da cultura e história afro-brasileira e da história da África. Então, vem a BNCC – Base Nacional Comum Curricular – e, claro, eu acredito que a lei teve alguns avanços, mas ela ainda é genérica.

Isso é opinião de professores, gente, eu não estou falando da minha opinião própria. Alguns professores nos relataram que a lei acaba sendo um pouco genérica, porque a gente está falando que professores com um mínimo de consciência e letramento racial terão condições de aplicar a lei. Isso é muito complicado.

E esse é o segundo motivo: a falta de formação de professores. Fico muito otimista com as notícias dadas pelo Governo Federal, através do MEC. Esperam que invista muito na formação dos professores, que a gente precisa, mas não só isso. Que a médio, curto, ou longo prazo, esse conhecimento específico realmente se torne obrigatório para dar aula.

O terceiro motivo é o ENEM. Também não acredito que esse tema seja obrigatório no ENEM, acredito que dependa da vontade política do Governo; mas imagino que, se essa matéria cai de forma consolidada sempre no ENEM, talvez professore motivem alunos, ainda que seja por um motivo errado, a terem mais conhecimento sobre a lei, que é tão necessária essa educação antirracista.

O último motivo, que todos já falaram, é a vontade política. A gente tem que cobrar o Estado para a aplicação desta lei, ainda que conte com a ajuda do Judiciário quando não há a devida aplicação. E, como OAB, não dá para a gente silenciar sobre essa violação de lei. Se não está sendo aplicada, está sendo descumprida. Estamos abertos para contribuir com o debate, com parcerias de trabalhos, que a gente faz muito na comissão.

Espero muito que esta lei seja cumprida e que esta audiência pública realmente surta um efeito e a gente consiga fazer nossos trabalhos. Vou encerrar minha fala, porque eu sei que já passou o meu tempo. Peço desculpas.

Agradeço muito a atenção e o convite. Muito obrigado a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Dr. Saimon.

A presença da OAB nesta audiência é muito importante.

Também sou advogada. E a OAB tem feito um trabalho importante em diversos níveis e temáticas. Por exemplo, a última foi a chacina do Guarujá, com o Comitê de Crise, do qual fiz parte, que foi organizado pela OAB. Eu também queria fazer esse registro.

Passo a palavra à Sra. Marilândia Frazão.

Muito obrigada pela sua presença, por toda a organização deste evento. Você é uma pessoa incrível que está conosco.

A SRA. MARILÂNDIA FRAZÃO – Todo mundo falou, e aí fica difícil falarmos alguma

coisa, porque quase não tem muita coisa. Então, eu vou fazer uma fala muito didática e muito na jugular dos governos.

Primeiro, eu queria dar boa noite a todas, a todos e a todes. Obrigada pela presença.

Quero agradecer à Luna, por termos feito essa parceria.

Ela, num primeiro momento, abraçou. E eu a escolhi porque eu não tinha tanto acesso aos Vereadores que estavam aqui; ela estava chegando e é dos direitos humanos. Disse: “É a pessoa certa”. Falei com o Ricardo, que é do gabinete dela. Disse: “Ricardo, fale com a Luna, veja se ela me recebe”. E ela, com toda a sua equipe – está aqui o Dr. Renner, com quem estamos conversando – me recebeu. E ela abraçou a pauta com muita, muita, muita dignidade. Muito obrigada, Luna.

Obrigada ao Prof. Ramatis também ter aceitado o nosso convite. É um professor da universidade. Deixou a sua obrigação e veio.

Obrigada ao Saimon.

Agora eu também sou da OAB. Eu não sou advogada, eu sou professora.

Obrigada pela presença do movimento, dos líderes que aqui estão.

Eu vou colocar três pontos que eu acho importante. Muitas coisas já foram faladas; mas três pontos que eu trabalho. E todo mundo sabe que eu trabalho com isso faz muitos anos; desde a minha infância lá na minha terra, eu já trabalhava essas questões dentro da escola.

O primeiro momento é o desafio. E o grande desafio da lei foi ela ter sido aprovado. Esse é um grande desafio essa lei federal, que vai tratar do Brasil inteiro.

O segundo já não é o desafio, são as possibilidades.

Qual é a possibilidade de implementarmos uma lei federal?

Eu vou resgatar o nome da autora, porque a lei não se dá sozinha. É uma luta do movimento negro que vem de há muito tempo tratando dessas questões. Eu acho que a última pauta foi com o Abdias Nascimento, quando ele tratou dessa questão, dizendo que tinha que fazer parte do currículo nacional a cultura da África e a cultura do negro no Brasil, porque nós ajudamos a construir esse país. E as nossas crianças estão nas escolas. Como que elas não

vão saber da sua história? É importante, e tão importante, que as nossas crianças estão sendo aviltadas dentro das escolas com violência por serem negras. Então é importante que elas saibam e entendam a sua história.

O Governo Federal tem uma importância extremamente vital, que é o MEC. Muito bem. Essa lei não é um passeio, é uma lei das Diretrizes Básicas da Educação. Não dá mais para dizermos que vamos à escola por atalhos. Não dá mais. Não pode mais ter atalhos. São 20 anos da promulgação dessa lei. E a autoria dessa lei, por incrível que pareça, é do meu estado, da Petronilha, que depois foi a relatora da lei. Muito bem.

Esther Grossi foi Secretária de Educação de Porto Alegre, do Partido dos Trabalhadores. (Palmas) Ela, junto com Ben-Hur, um militante do Mato Grosso, os dois. Então, nós também temos que dizer quem é o autor, porque a lei não se dá sem autoria. Não existe. Nós temos que falar o autor. Muito bem.

A Esther Grossi já deve estar muito velhinha porque ela já era uma senhorinha quando era deputada federal. E a lei ficou engavetada, gente. A nossa grande sorte ter um presidente do nosso campo que desengavetou. Já estava lá, não é [lei] do Governo Lula. [O projeto] estava muito antes do Governo Lula, e ela não conseguia pautar para ser votado, ela não conseguia colocar para votação. E, quando Lula assumiu, que aí tínhamos alguns deputados da nossa bancada, foi a primeira lei que ele assinou no primeiro governo dele. Muito bem.

Essa lei federal precisa de financiamento e precisa ser movimentada dentro do currículo – o currículo tem que movimentar. No currículo nacional, na Lei de Diretrizes e Bases, nas grandes grades curriculares, lá estão: Língua Portuguesa, 10 aulas; Matemática, 15 aulas; Química, não sei quantas aulas. Aí, quando chega nas leis dos direitos humanos, são duas aulas, uma aula ou nenhuma. E não se consegue mexer no currículo nacional. Então, a nossa luta não é botar no colo do professor – ele não é o responsável, quem é o responsável é o estado, são os municípios, é o Governo Federal, que normatiza para os estados e para os municípios.

Eu sou professora, eu também trabalhei por essa lei, mas eu não posso criminalizar; o professor achar que ele é que tem que ser o autor. Não. Isso é uma lei sistêmica, vem de cima.

O que o governo está fazendo? O que o Estado de São Paulo está fazendo? O que o governo municipal está fazendo? Aí eu criminalizo o professor? Muitas vezes ele não tem formação, acaba até distorcendo essa legitimidade que tem essa lei.

Qual é a minha luta, hoje? A minha luta não é adentrar a escola e dizer: “Olha, professor Saimon, o senhor é responsável por tratar dessa lei”. Não, a minha responsabilidade é que o estado, o sistema educacional, faça com que a lei seja cumprida nos currículos escolares das escolas. É isso. (Palmas) Se não, vamos o quê? Fazer atalho? Não.

É por isso que a lei tem que ser institucionalizada dentro das escolas. Aí o professor vai fazer curso – porque eles vão ter que fazer curso – e vai ter que transversalizar ou trabalhar diretamente com a lei. Caso contrário, o professor trabalha a lei; tudo bem. No ano seguinte, pede uma transferência para ir para outra escola, para outra região. E aí cadê o estudo da lei? Acabou, porque o professor levou com ele. E não é uma coisa individualizada, é uma lei de estado. O estado tem que assumir isso, senão vai ficar nas bordas, na periferia e nas tratativas: “Olha, professor, o senhor traz uma bonequinha, um livro, lemos; e está tudo resolvido”. Ou então: “trazemos a capoeira e está tudo certo”. Não, não está tudo certo. É uma lei que trata do currículo. E é uma lei que modificou a Lei de Diretrizes e Bases no seu art. 26-A.

É isso. Eu termino. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Viva a Marilândia. (Palmas)

Antes de finalizar esta audiência, eu queria saber se o Edmar, do Movimento Idafro, quer fazer uso da palavra.

O SR. EDMAR – Boa noite, professora Vicenta, na pessoa de quem eu cumprimento todas as mulheres nesta audiência. Muito boa noite ao professor José Bonfim, na pessoa de quem eu cumprimento todos os homens nesta audiência.

Quero parabenizar a Vereadora Luna por essa iniciativa.

Que bom que a Câmara, a maior câmara municipal do país, e uma Vereadora de primeiro mandato, estejam engajados na luta contra o racismo.

Quero parabenizar a extraordinária palestra do Prof. Ramatis Jacino. É sempre uma

honra ouvi-lo, estar com você.

Quero parabenizar a Profa. Marilândia Frazão, que é uma liderança do movimento negro, e, particularmente, uma liderança no que diz respeito à discussão da lei 10.639.

E quero cumprimentar, parabenizar, o advogado Saimon.

Muito rapidamente, quero dizer a vocês que, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Nacional, em 2022, nós tivemos, no Brasil, o assassinato de 47 mil e 508 pessoas. Quando resultado da intervenção policial, 99,2% desses assassinatos são de homens; 83,1% são de negros; e 75% têm entre 12 e 29 anos.

Sobre o encarceramento, em 2021, o Brasil tinha 820 mil, 689 presos; em 2022, pulou para 832 mil e 295 presos; desses, 43,1% têm até 29 anos; e 68,1% são negros.

Então, eu, particularmente, João da Cadesc – grande guerreiro, companheiro, estamos todos torcendo pela sua recuperação; e mesmo se recuperando está na luta contra o racismo – não tenho absolutamente nenhuma dúvida de que com a liderança da Profa. Marilândia Frazão – e agora nós teremos a Conae –, terá a nossa liderança para fazer a discussão sobre a 10.639. E revitalizar o Sr. Renato Feder – que eu me lembro de um extraordinário congresso que Feder fez na Assembleia Legislativa. O Feder é um instrumento de luta contra o racismo.
(Palmas)

Pois bem, eu não tenho absolutamente nenhuma dúvida de que a lei 10.639/03, Ana Lu, pode dar uma enorme contribuição para interrompermos o extermínio da população negra neste país.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Edmar.

Bom, gente, eu queria novamente agradecer muito a presença do Prof. Dr. Ramatis, militante, fundador do Partido dos Trabalhadores. Obrigada por estar aqui compartilhando e fazendo a luta; da Lucimar, do Ministério da Educação; do Dr. Saimon e à OAB, por estarem presente nessa luta, na construção da Comissão da Verdade. Quero agradecer à professora e liderança não somente do movimento negro, mas da educação como um todo, Marilândia Frazão,

que foi uma das entusiastas desta audiência, para que tivéssemos a oportunidade de não deixar passar em branco uma lei tão importante como essa; comemorar essa lei, mas buscar que ela seja aplicada e que tenhamos, de fato, essa reparação histórica, porque essa lei não é aplicada também por conta do racismo estrutural, infelizmente, que é uma realidade no nosso país.

Esta audiência pública também busca fazer uma pressão aos órgãos do Poder Público. E nessa pressão podem contar com o nosso mandato para oficializar a SME, buscar entender qual é a formação de professores e professoras, como é a aplicação dessa lei, qual é o programa antirracista que a Prefeitura de São Paulo apresenta através da Secretaria Municipal de Educação para o Município e como podemos organizar tudo isso.

E aí quero saudar uma pessoa muito especial do nosso mandato, o Dr. Renner, que tem me acompanhado na Comissão de Educação, Cultura e Esportes, onde tem feito um trabalho árduo na equipe jurídica; e também tem feito muitas proposições no nosso mandato.

Temos discutido muito por conta do chamamento a esse tema, em relação a um protocolo de combate ao racismo nas escolas, porque, infelizmente, com chegam casos de racismo, mas não há nenhuma forma de essa vítima, de esses pais e da comunidade escolar lidarem com essa questão. Muito acontece de acordo com a comunidade escolar; em algumas, temos a sorte de ter professores, professoras e diretores que são sensíveis ao tema, que têm uma formação em combate ao racismo; em outros momentos, não.

E aí o Dr. Renner, arduamente, construiu esse protocolo de combate ao racismo, que queremos apresentar para os movimentos negros presentes, para entendermos se esse protocolo é correto, se conseguimos colocar mais garantias de medida de combate ao racismo nas escolas. Ainda não protocolamos esse projeto, porque queremos protocolar com o movimento negro, que tem feito a resistência desde sempre na nossa cidade e no nosso país.

Então, nós também temos essa questão propositiva, além de fazer essa fiscalização da aplicação da lei 10.639, que trata da obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira na rede de ensino.

Quero dizer também que esta Casa, recentemente, decidiu pela cassação, por

racismo, do Vereador Camilo Cristóforo. (Palmas) Esta Casa, por unanimidade, fez essa cassação, que eu acho que é fundamental sinalizar para a sociedade que racismo não cabe em nenhum lugar, dentro ou fora da Câmara. Foi um voto que nós fizemos – a Bancada do PT, do PSOL –, a maioria da Câmara teve a coragem de fazer essa cassação. E é importante também para reforçar o combate ao racismo.

Hoje, foi instalada a CPI contra a Violência e o Assédio às Mulheres na Cidade de São Paulo. É uma CPI composta apenas por mulheres Vereadoras. Mas eu fiz uso da palavra para apontar que não tinham mulheres negras compondo essa CPI.

Acredito que é fundamental apontar essas questões pelo nosso compromisso da luta antirracistas e contra também a branquitude. É preciso que também as pessoas brancas se incomodem quando estamos em espaços em que não tem pessoas negras, mulheres negras. E eu fiz o compromisso de levar as pautas das mulheres negras também para essa CPI.

Eu represento o Partido dos Trabalhadores. Infelizmente, nós temos somente uma única mulher, como Vereadora, que sou eu. Mas quero me comprometer com a pauta das mulheres negras em tudo que for possível, em todos os espaços a que eu puder levar.

É uma honra estar aqui. Obrigada por confiarem em mim, neste espaço. Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, não poderia ser diferente – tratar sobre esse tema, tratar sobre recortes de gênero, de raça, de classe. É preciso que façamos esses recortes em todas as questões que abordamos.

Eu estou muito feliz.

Lula falou, nesse discurso da ONU, que nós precisamos nos indignar com as injustiças e as desigualdades sociais. E utilizar essa indignação para fazermos a luta. E contem comigo nessa luta.

Viva a Lei 10.639. Viva o movimento negro. Viva a todos e a todas que fazem a luta antirracista. Muito obrigada.

Vamos tirar uma foto bem bonita.

Nada mais a declarar, declaro encerrada esta audiência pública.